Aviso de contumácia n.º 4149/2006 — AP

O Dr. Rui Pedro Neto Matos, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 279/03.6PCSCR, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Humberto Martins Batista, filho de Agostinho da Trindade Baptista e de Albertina de Gouveia Martins, natural de Camacha, Santa Cruz, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Janeiro de 1982, solteiro, com a profissão de pedreiro, titular de bilhete de identidade n.º 12653265, com domicílio no Sítio do Ribeiro Serrão, 9135-290 Camacha, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 18 de Julho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

6 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Pedro Neto Matos*. — O Escrivão-Adjunto, *Rui Fernandes*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ**Aviso de contumácia n.º 4150/2006 — AP**

O Dr. Carlos Jorge Trincheiras Delca, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1290/98.2TASCR, pendente neste Tribunal contra o arguido Bart de Roode, filho de Jan Hendrik de Roode e de Marie Lilly de Roode, natural da Holanda, de nacionalidade holandesa, nascido em 21 de Dezembro de 1947, divorciado, titular do passaporte n.º N36337206, com domicílio na Levada de Santa Luzia, 45, 9050432 Funchal, por se encontrar acusado da prática de um crime de fraude na obtenção subsídio ou subvenção, previsto e punido pelo artigo 36.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro, praticado em 20 de Outubro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Jorge Trincheiras Delca*. — A Escrivã-Adjunta, *Luísa Alves*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA**Aviso de contumácia n.º 4151/2006 — AP**

A Dr.ª Maria Manuel Miranda, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 659/01.1GDVFR, pendente neste Tribunal contra o arguido Zacarias Manuel Castro Ribeiro, filho de Manuel Francisco Ribeiro e de Bernardina Silva Castro, natural de Fiães, Santa Maria da Feira, nascido em 7 de Abril de 1968, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 9323298, com domicílio na Rua Antero de Quental, 219, r/c, Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 20 de Agosto de 2001, por despacho de 12 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia,

com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

16 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuel Miranda*. — O Oficial de Justiça, *João Moura*.

Aviso de contumácia n.º 4152/2006 — AP

A Dr.ª Maria Manuel Miranda, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, faz saber que, no processo comum Singular n.º 2249/92.9TBVFR (anterior 296/92), pendente neste Tribunal contra o arguido Henrique Coelho de Melo, filho de Orlando da Rocha Melo e de Margarida Dias Coelho, natural de Santa Maria de Lamas, Santa Maria da Feira, nascido em 18 de Dezembro de 1932, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2841298, com domicílio na Rua das Agras, 4535 Lamas, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 2, alínea c), do Decreto-Lei n.º 13004, de 12 de Janeiro, por despacho de 10 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por falecimento do arguido.

11 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuel Miranda*. — A Escrivã-Adjunta, *Graça Vasconcelos*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA**Aviso de contumácia n.º 4153/2006 — AP**

A Dr.ª Maria Eduarda Vila-Chã, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 95/01.0GCSJM, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Benido Pinto Jesus, filho de Manuel das Neves Pinto de Jesus e de Maria Eugénia Martins Benido, natural de Mouronho, Tábuca, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Novembro de 1954, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4288814, com domicílio no Largo da Igreja, 3700 Milheiros de Poiares, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência (em acidente de viação), previsto e punido pelo artigo 148.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 23 de Março de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Janeiro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Eduarda Vila-Chã*. — A Escrivã-Adjunta, *Olga Reis Capela*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTARÉM**Aviso de contumácia n.º 4154/2006 — AP**

A Dr.ª Maria Pilar de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo abreviado, n.º 604/03.0PBSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido João Fernando Marques Antunes, filho de Fernando de Lurdes Antunes e de Maria Aurira Marques Chamusco, natural de Portugal, Abrantes, São Vicente, Abrantes, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Outubro de 1967, casado, operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil, titular do bilhete de identidade n.º 9785900, com domicílio na Foyer Atherbea, 10 Reu de La Feuille, 64100 Bayonne França, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1 e 204.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, praticado em 13 de Junho de 2003,

por despacho de 13 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

16 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar de Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Madalena Sousa*.

Aviso de contumácia n.º 4155/2006 — AP

A Dr.ª Maria Pilar de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo abreviado, n.º 177/04.6PTSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido Thiago Rangel Borges, filho de Lúcio do Carmo Borges e de Carmen Silvia Terêncio Borges, nascido em 21 de Maio de 1980, titular do passaporte n.º CI392238, com domicílio na Avenida Elias Garcia, 115, r/c, direito, 1200 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 17 de Setembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º, n.º 1, 336.º n.ºs 1 e 2 e 337.º n.ºs 1 e 3 do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até que se apresente ou seja detido, sem prejuízo da prática de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a passagem imediata de mandados de detenção a fim de ser sujeito a termo de identidade e residência, nos termos do artigo 196.º do Código de Processo Penal, neste Tribunal ou em qualquer posto policial, não podendo a detenção exceder 24 horas e devendo ser imediatamente restituído à liberdade depois de prestado o termo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar, após esta declaração, a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte e a a declaração caduca quando se apresentar em juízo ou for detido.

30 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar de Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Madalena Sousa*.

Aviso de contumácia n.º 4156/2006 — AP

A Dr.ª Maria Pilar de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 493/03.4TASTR, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria do Rosário Lucas Janardo, filha de José Janardo e de Maria Augusta Lucas, natural de Portugal, Nazaré, Nazaré, nascido em 4 de Setembro de 1940, viúvo, com domicílio na Praceta São João, 5 8.º andar, São Domingos, 2 Santarém, por se encontrar acusada da prática de um crime de falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, previsto e punido pelo artigo 360.º do Código Penal, praticado em 23 de Março de 2002, por despacho de 27 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

30 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar de Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Sandra Perdigão*.

Aviso de contumácia n.º 4157/2006 — AP

A Dr.ª Maria Pilar de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 433/00.2GTSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido António do Couto Ferreira da Silva, filho de José Ferreira da Silva e de Rosária Cândia, natural de Portugal, Alcobaça, Benedita, Alcobaça, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Março de 1939, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 44552677, titular da licença de condução n.º 19111, com domicílio na Rua das Bastidas Fráguas, 2040153 Rio Maior, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 29 de Agosto de 2000, por despacho de 28 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

30 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar de Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Sandra Perdigão*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Aviso de contumácia n.º 4158/2006 — AP

O Dr. Joaquim António Galvão Duarte Silva, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 79/02.0GDSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel da Silva Cortes, filho de Joaquim da Graça da Silva e de Vivência Maria da Silva Cortes, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Dezembro de 1979, titular do bilhete de identidade n.º 13626343, com domicílio na Olival, bairro da Torre, Camarate, Loures, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal com referência ao artigo 202.º, alíneas d) e e) do Código Penal, praticado em 23 de Julho de 2002, por despacho de 5 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado novo termo de identidade e residência.

14 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Joaquim António Galvão Duarte Silva*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Maria Rodrigues da Piedade*.

Aviso de contumácia n.º 4159/2006 — AP

O Dr. Joaquim António Galvão Duarte Silva, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1096/00.0PBSTR, pendente neste Tribunal contra os arguidos Armando Manuel Pinheiro Oliveira Cohen, filho de José de Oliveira e de Filomena Pinheiro, nascido em 12 de Setembro de 1951, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4654396, com domicílio na Rua Soares dos Reis, 10 e 10 A, Varge Mondar, 2635498 Rio de Mouro, Vítor Manuel Brito Louro, filho de José Quadrado Louro e de Maria da Assunção Brito, nascido em 8 de Dezembro de 1954, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 5346132, com domicílio na Travessa do Alcaide, 8, 3, Santa Catarina, Joaquim dos Santos Ramos, filho de Serafim Augusto dos Santos Ramos e de Maria da Glória, nascido em 19 de Dezembro de 1947, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 4180206, com domicílio na Rua da Liberdade, 5, Br Miradouro, Catujal, 2685 Unhos, por se encontrarem acusados da prática de um crime de burla qualificada, previsto e punido pelo artigo 218.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção dos arguidos, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos arguidos, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

20 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Joaquim António Galvão Duarte Silva*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Maria Rodrigues da Piedade*.

Aviso de contumácia n.º 4160/2006 — AP

O Dr. Joaquim António Galvão Duarte Silva, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 751/01.2TBSTR, Ex. P.º 1532/94, pendente neste Tribunal contra o arguido José António Carvalho Ferreira, filho de António da Conceição Ferreira e de Maria Manuela Guerra Carvalho, natural de Loures, Bucelas, Loures, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Dezembro de 1953, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 4650739, com domicílio na Rua Actor Taborda, 39, rés-do-chão, Lisboa, 1000 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 11 de Setembro de 1993, por despacho de 9 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a